

# 2<sup>o</sup> CICS

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
CIÊNCIA E SOCIEDADE

Educação e Pesquisa como  
caminho para pacificação global

TRABALHOS  
PREMIADOS  
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO  
SANTO AGOSTINHO





# TRABALHOS PREMIADOS 2025





**CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**  
**DIRETORIA DE ENSINO**  
**NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS - NPA**

**Supervisão Editorial:** Ana Kelma Cunha Gallas  
**Diagramação:** Edson Rodrigues Cavalcante  
**Design Gráfico e artes:** Ana Kelma Cunha Gallas  
**Capa:** Odrânio Rocha  
**TI OMP Books:** Eliezyo Silva



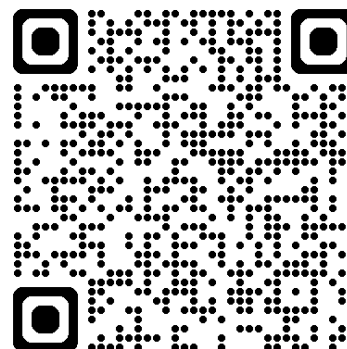
LESTU EDITORA, CONSULTORIA E  
COMUNICAÇÃO LTDA  
Contato: [editora@lestu.org](mailto:editora@lestu.org)  
Site: [www.lestu.com.br](http://www.lestu.com.br)  
Livraria: [www.lestu.org](http://www.lestu.org)

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2025 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, realizado pelo Centro Universitário Santo Agostinho de 4 a 8 de novembro de 2025, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.



#### FICHA CATALOGRÁFICA

##### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T279 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; LIRA E SILVA, Antonieta; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; SILVA, Indira Maria de Melo Lira Pereira da (ORGs.).

Trabalhos premiados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade: Educação e Pesquisa como caminho para a pacificação global. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA); Editora Lestu, 2025.

432 p. *online*.

ISBN: 978-65-85729-14-7

DOI: [doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7](https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7)

Disponível em: <https://lestu.org/books/>

1. Congresso Internacional Ciência e Sociedade. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência e Sociedade. I. Autores. IV. Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2. : 2025 : Teresina, PI).

CDD: 370

# 12

## **MOTIVAÇÕES PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DOS OBJETIVOS EXPRESSOS POR DEZ UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS<sup>1</sup>**

*MOTIVATIONS FOR INSTITUTIONAL SELF-ASSESSMENT: REFLECTIONS BASED ON THE  
OBJECTIVES EXPRESSED BY TEN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES*

Geusiani Pereira Silva e Nascimento – UnB/Unimontes<sup>2</sup>  
Marina Vianna – UnB<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 19 A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO PELA GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR do 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2º CICS 2025), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 08 de novembro de 2025, em Teresina-PI.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação (UnB). E-mail: geusiani.nascimento@unimontes.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação (UnB). E-mail: marinavianna89@gmail.com

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a autoavaliação institucional nas universidades públicas brasileiras no âmbito do Sinaes e problematiza quais lógicas têm orientado sua condução e de que modo objetivos e motivações são explicitados nos Relatórios de Autoavaliação Institucional. O objetivo principal é analisar, de forma comparativa, os objetivos e as motivações atribuídos à autoavaliação, identificando sua lógica de uso e sua incorporação ao planejamento e à gestão. Justifica-se pela relevância científica e social de deslocar a autoavaliação de um uso burocrático para uma cultura avaliativa formativa e transformadora, oferecendo evidências úteis para CPAs e gestores. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa, estudo documental e análise de conteúdo, com pré-análise, codificação e categorização de RAIs publicados entre 2013 e 2021 por dez universidades públicas selecionadas por continuidade temporal e completude documental; utilizam-se unidades de registro por tema e unidades de contexto que consideram ciclos avaliativos e articulação com PDI e PPPI. Os resultados indicam a coexistência de quatro lógicas de uso normativa regulatória, pragmática estratégica, participativa pedagógica e processual inconstante, além de heterogeneidade na explicitação de objetivos, variação no grau de participação e uso irregular de indicadores na tomada de decisão. Conclui-se que compreender motivações e objetivos é condição para integrar a autoavaliação ao planejamento institucional, com participação ampliada, sistematização dos achados e transparência, potencializando efeitos de melhoria contínua e accountability social.

**Palavras-Chave:** Autoavaliação institucional. Sinaes. Universidade Pública. Educação Superior.

## ABSTRACT

This paper addresses institutional self-evaluation in Brazilian public universities within the SINAES framework and problematizes which logics guide its conduct and how objectives and motivations are stated in Institutional Self-Evaluation Reports. The main objective is to comparatively analyze the objectives and motivations attributed to self-evaluation, identifying its logic of use and its incorporation into planning and management. The study is justified by its scientific and social relevance in shifting from bureaucratic uses toward a formative and transformative evaluation culture, providing actionable evidence for CPAs and university managers. Methodologically, it adopts a qualitative approach, documentary research and critical content analysis, comprising pre-analysis, coding and categorization of reports published from 2013 to 2021 by ten public universities selected for temporal continuity and documentary completeness; theme-based recording units and contextual units consider evaluation cycles and articulation with institutional planning instruments. Results reveal the coexistence of four logics normative regulatory, pragmatic strategic, participatory pedagogical and processual inconstant, as well as heterogeneity in the explicit statement of objectives, varying degrees of participation and uneven use of indicators in decision-making. The paper concludes that understanding motivations and objectives is essential to embed self-evaluation into institutional planning with broader participation, systematic treatment of findings and transparency, thereby enhancing continuous improvement and social accountability.

**Keywords:** Institutional Self-Evaluation. SINAES. Public University. Higher Education.

## INTRODUÇÃO

A autoavaliação institucional, prevista na Lei nº 10.861/2004 como um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), é o objeto deste estudo enquanto instrumento de diagnóstico, acompanhamento e planejamento no âmbito das IES. Concebida como processo contínuo, crítico e participativo dentro de cada Instituição de Educação Superior (IES), coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a autoavaliação possibilita cotejar o previsto e o realizado, qualificar a tomada de decisão acadêmico-administrativa e produzir autoconhecimento institucional para além do mero cumprimento formal de exigências (BRASIL, 2004; INEP; DAES; CONAES, 2014).

Sua relevância científica e social reside justamente em explicitar como as universidades públicas têm apropriado esse processo na qualificação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Delimita-se a pesquisa ao período de 2013 a 2021 e ao exame documental de Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAIs) de dez universidades públicas (UFRA, UFRJ, UFMS, UFPE, UFCA, UFBA, UnB, UFMG, UFAC e UEMA), selecionadas por publicizarem de modo contínuo e integral seus RAIs no recorte temporal estabelecido, dentro de um universo de 40 IES identificadas. O problema que orienta a investigação questiona quais motivações e objetivos têm prevalecido na condução da autoavaliação institucional e de que forma tais elementos se expressam nos RAIs. A breve revisão teórica apoia-se em autores brasileiros que discutem sobre avaliação da educação superior, cuja distinção entre enfoques regulatórios e emancipatórios oferece um quadro analítico para compreender as tensões entre conformidade normativa e usos formativos e democráticos da avaliação (DIAS SOBRINHO, 2003), em consonância com os parâmetros metodológicos e as dimensões do Sinaes detalhados pela Nota Técnica nº 65/2014 (INEP; DAES; CONAES, 2014).

O recorte do estudo é comparativo, com critério objetivo de seleção, que permite mapear padrões ao longo de quatro ciclos avaliativos. Cabe ressaltar que o presente trabalho faz parte do projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (Gepaes) da UnB. Tem por objetivo geral analisar as finalidades e as motivações atribuídas à autoavaliação institucional pelas universidades públicas selecionadas, identificando a lógica de uso (normativa/regulatória, pragmática/estratégica, participativa/pedagógica e processual/inconstante) e seus efeitos potenciais na gestão e no

planejamento institucional. Para tanto buscou-se, descrever a explicitação desses objetivos nos RAIs e sua articulação com PDI, PPPI e dimensões do Sinaes; verificar a presença de indicadores e o uso dos resultados na tomada de decisão; e discutir implicações para políticas de avaliação e para a consolidação de uma cultura avaliativa nas universidades públicas. Justifica-se a investigação pelo potencial de qualificar práticas de autoavaliação e favorecer sua apropriação formativa e democrática, especialmente em contextos de restrições orçamentárias e disputas político-institucionais.

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho adota-se uma abordagem qualitativa, comparativa e documental, organizada em delineamento que integra seleção do corpus, definição de categorias e unidades de análise, comparações e classes de inferência, assegurando coerência entre problema, evidências e interpretação, conforme Gil (2017). O estudo ancora-se no marco legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especialmente a Lei n. 10.861/2004, que institui o Sinaes (BRASIL, 2004). Complementarmente, toma-se como referência a Nota Técnica n. 65/2014, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), em articulação com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), que explicita orientações para a autoavaliação institucional.

O corpus compreende relatórios de autoavaliação institucional (RAI) publicados entre 2013 e 2021, a partir de buscas feitas pelo Gepaes UnB. A partir de um universo inicial de 40 instituições com publicação sistemática, selecionaram-se dez universidades públicas, consideradas a continuidade temporal e a completude documental. A coleta ocorreu em sítios oficiais, com registro de metadados de identificação, organização em base padronizada e procedimentos de rastreabilidade, conforme recomenda Gil (2017). Para o tratamento dos dados, emprega-se análise de conteúdo em perspectiva crítica.

O ponto de partida é a mensagem expressa, entendida como portadora simultânea de significado e de sentido, e situada no entrelaçamento de sujeitos e contextos, conforme Franco (2018, p. 10). O percurso analítico segue pré-análise, exploração do material e tratamento e inferência, iniciando pelo conteúdo manifesto e alcançando o latente por meio de indícios textuais, à maneira do trabalho com “vestígios”, de acordo com Bardin (2011, p.

96). As unidades de registro tomam o tema como núcleo, combinadas, quando pertinente, com palavra e item; as unidades de contexto abrangem ciclo avaliativo, perfil institucional e articulações com PDI e PPPI, definidas por pertinência e custo e testadas em amostra piloto para devidos ajustes, conforme Bardin (2011, p. 108). Assume-se que um dado isolado carece de sentido até ser articulado a outros e às condições de emissão do discurso, como discute Franco (2018, p. 68).

## **OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PESQUISADAS: ALGUNS ACHADOS DA PESQUISA REALIZADA**

O estudo dos RAIs da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) de 2013 a 2021, permitiu identificar certa constância na explicitação dos objetivos para a produção do autoconhecimento institucional. São apresentados os pressupostos metodológicos que orientam os processos de autoavaliação em sintonia com o Sinaes. Os documentos destacam a intenção de qualificar a gestão universitária, especialmente no que toca às políticas educacionais, de pessoas e desenvolvimento institucional. Os relatórios mais recentes (2019–2021), particularmente, evidenciam a autoavaliação como um processo que permite analisar as atividades acadêmicas com ampla participação da comunidade universitária, tendo como produto indicadores voltados à melhoria institucional. Expressa-se, nos relatórios, que a universidade tem se esforçado para transformar resultados em indicadores para subsidiar a tomada de decisão dos gestores. É sinalizado que a UFRA tem cumprido sua missão institucional ao propor, realizar, acompanhar e avaliar ações e práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Em termos gerais, pode-se dizer que há um movimento claro de padronização conceitual e metodológica a partir de 2017, consolidado em 2019, que reforça o caráter participativo e indutivo da autoavaliação institucional da UFRA.

Os relatórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) indicam que, com o passar dos anos, obteve-se um reconhecimento gradual, mas heterogêneo, dos objetivos da autoavaliação institucional. A menção expressa desses objetivos não aparece de forma contundente em todos os relatórios analisados. Os primeiros RAIs publicados, apesar de alinhados às previsões do Sinaes, não detalham explicitamente os objetivos específicos da

autoavaliação. Entre 2014 a 2016 verifica-se que a linguagem vai se aprimorando para enfatizar a visão crítica e propositiva do que é apresentado como resultado do processo autoavaliativo. Com base nas análises realizadas aponta-se, então, que ao longo do período analisado, a UFRJ tem se esforçado para atender às exigências legais e institucionais da autoavaliação, mas ainda há inconsistências e necessidade de melhor distinção entre objetivos da avaliação institucional e atribuições da CPA. Em linhas gerais, os RAIs refletem a preocupação com a melhoria acadêmica e administrativa, mas o detalhamento dos objetivos institucionais oscila, comprometendo a uniformidade e a sistematização do processo avaliativo.

Os relatórios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) demonstram uma consistência notável na explicitação dos objetivos institucionais ao longo dos anos. Todos os relatórios analisados evidenciam um esforço para a construção de uma cultura de autoavaliação, como uma prática sistemática e de reflexão crítica sobre o desempenho institucional. Sinalizam que a autoavaliação contribui para a melhoria da qualidade acadêmica e institucional e subsidia decisões estratégicas, a partir de um planejamento contínuo e aprimorado. Ao envolver docentes, discentes e técnicos-administrativos na autoavaliação, a UFMS legitima a perspectiva democrática e participativa da autoavaliação institucional. Verificou-se, também, que existe preocupação, por parte dos gestores da IES, em responder às expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade, reafirmando compromissos sociais e científicos da universidade. De forma bem interessante, a UFMS mantém uma uniformidade notável na exposição de objetivos ao longo do período analisado, reforçando seu compromisso com a avaliação institucional como instrumento estratégico de gestão e melhoria contínua.

A análise dos RAIs da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) aponta, também, para uma trajetória de consolidação gradual na compreensão e formalização dos objetivos da autoavaliação institucional. Nos primeiros anos, os objetivos não estavam claramente explicitados, sendo a autoavaliação percebida principalmente como instrumento de avaliação do PDI e das ações da CPA. Alguns esforços iniciais destacavam a consolidação da CPA, o desenvolvimento de instrumentos de avaliação da docência e a integração com a Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos, mas a descrição explícita dos objetivos institucionais ainda era parcial ou ausente. Entre os anos de 2017 a 2018, a explicitação dos objetivos ainda permanece limitada. Os objetivos da autoavaliação ainda não eram tinham considerável

evidência, embora os RAIs continuassem a enfatizar diagnósticos institucionais e monitoramento das ações do PDI. Desde 2019 tem-se um avanço significativo, com os relatórios apresentando a autoavaliação como autorretrato institucional, como processo contínuo de análise crítica, necessária para o diagnóstico de fragilidades e potencialidades, e produção de indicadores a serem observados para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa. Os relatórios mais recentes consolidam a compreensão da autoavaliação, alinhada às previsões do Sinaes, como processo de autoconhecimento e construção de cultura avaliativa, alinhado ao PDI. É apontado como um processo que promove a participação efetiva da comunidade acadêmica. Pode-se dizer, com base nos estudos realizados que, ao longo dos anos, a UFPE aprimorou seu entendimento sobre a autoavaliação institucional ao transitar de uma percepção instrumental e pouco clara sobre ela, para uma abordagem estratégica e participativa, em que a autoavaliação se configura como ferramenta central para o autoconhecimento institucional, gestão acadêmica e construção de cultura avaliativa.

Os relatórios da Universidade Federal do Cariri (UFCA) evidenciam uma evolução gradual na demarcação dos objetivos da autoavaliação institucional. Nos relatórios de 2014 a 2015 também foi constatada a associação desses objetivos com a função e trabalho a ser desenvolvido pela CPA, como de planejar, aprovar normas e políticas avaliativas, conscientizar a comunidade e acompanhar projetos institucionais. A autoavaliação, alinhada às exigências do Sinaes, é percebida como apoio ao planejamento e gestão, mas ainda carecia de descrição própria. Entre os anos de 2016 a 2017 os relatórios começam a diferenciar mais claramente os objetivos da autoavaliação, apresentando-a como instrumento de acompanhamento das práticas acadêmicas, alinhamento de ações e referência para o planejamento da universidade. É a partir de 2018 que se constata uma compreensão mais aprimorada e qualificada da autoavaliação institucional como processo de reflexão e planejamento, promovendo a participação ampla da comunidade acadêmica e externa, subsidiando melhorias progressivas nas esferas acadêmica e administrativa. Com o passar dos anos, os objetivos passam a ser mais consistentes, destacando o papel da autoavaliação na reflexão institucional, apoio à gestão, tomada de decisões e monitoramento do PDI. A autoavaliação é considerada, desde então, como instrumento estratégico para avaliar o cumprimento do PDI, propor melhorias, engajar a comunidade acadêmica e garantir coerência entre planejamento e execução. Os objetivos da CPA ficaram

correlacionados aos da autoavaliação, reforçando a centralidade da avaliação institucional como ferramenta de gestão.

A análise dos relatórios de autoavaliação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) evidenciam certa dificuldade na explicitação dos objetivos da autoavaliação institucional. Os relatórios de 2014 a 2016 apresentam predominantemente objetivos da CPA e do PDI, mas não especificam claramente os objetivos da autoavaliação institucional. Algumas estratégias da CPA mencionam a utilização dos dados da avaliação como insumo para a gestão da universidade, mas a ligação com a autoavaliação institucional como processo autônomo não é estabelecida. A dificuldade de identificar objetivos explícitos nos relatórios dos anos de 2017 a 2019 também permanece. Nestes são indicadas apenas ações da CPA, como avaliação diagnóstica de cursos de graduação, sem que se explicita a finalidade ou meta da autoavaliação. Essa realidade começa a se alterar desde o ano de 2020, quando são identificadas tentativas de aproximação, com referências indiretas aos objetivos da autoavaliação, sobretudo ao indicar que seus resultados subsidiariam a tomada de decisões por conselhos, administração central e gestores acadêmicos e administrativos. Ainda assim, os objetivos da autoavaliação como instrumento institucional amplo permanecem parciais e pouco claros, concentrando-se em estratégias específicas da CPA. Com base nas análises realizadas, pode-se dizer que na UFBA ainda não se tem a consolidação da autoavaliação como processo autônomo e estratégico de reflexão institucional, mas esta é atualmente percebida como ferramenta de suporte à gestão administrativa e acadêmica.

Os relatórios de autoavaliação institucional da Universidade de Brasília (UnB) apontam um aprimoramento desse processo que se consolidou ao longo dos anos. Os documentos publicados apresentam com nitidez os objetivos da autoavaliação institucional sempre articulada com o PDI e as diretrizes do Sinaes. A autoavaliação institucional é concebida como um processo de autoconhecimento da instituição, permitindo identificar acertos, dificuldades e áreas de melhoria. Avaliam que a autoavaliação se constitui como um momento de reflexão coletiva e diagnóstica que envolve diferentes atores institucionais, e que reforça o caráter participativo do processo. Os relatórios enfatizam que a autoavaliação fornece informações estratégicas para a gestão institucional, ajudando na definição de prioridades e no planejamento de ações para aprimoramento contínuo. Destaca-se a relação direta com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e o PDI, garantindo que a avaliação oriente decisões acadêmicas e administrativas. Por meio dos relatórios evidenciou-

se que o processo avaliativo não se limita à coleta de dados; ele é de fato formativo, promovendo aprendizado institucional, e emancipatório, estimulando reflexão crítica sobre as práticas da universidade. A autoavaliação institucional da UnB é articulada com avaliações externas e mecanismos de acompanhamento do PDI, funcionando como indutor de qualidade na instituição. Existe uma busca constante pelo aperfeiçoamento da universidade por meio do monitoramento das ações em todas as dimensões institucionais: ensino, pesquisa, extensão e gestão. De forma geral, verificou-se que ao longo dos quatro ciclos avaliativos (2011–2013; 2014–2016; 2017–2019; 2020–2022), os objetivos permanecem coerentes e contínuos, mostrando maturidade institucional e consolidação da cultura de avaliação.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta objetivos consistentes e reiterados de autoavaliação institucional ao longo de todos os relatórios analisados (2013 a 2021). Observa-se um padrão consolidado, que indica maturidade institucional na condução do processo de avaliação. É sinalizado que a autoavaliação visa produzir conhecimentos sobre a instituição, identificar problemas e deficiências, e analisar o conjunto de atividades e finalidades da universidade, funcionando como ferramenta diagnóstica para a compreensão ampla da IES. Busca aumentar a consciência pedagógica e fortalecer a capacidade profissional de docentes e técnicos, contribuindo para o desenvolvimento institucional e para a melhoria contínua da gestão acadêmica. Quando mencionados os objetivos, são destacados o de fortalecer relações entre atores institucionais e aproximar a universidade da comunidade externa, promovendo integração e responsabilidade social. A autoavaliação institucional favorece a compreensão sobre a relevância das atividades da UFMG, garantindo que a produção científica e acadêmica esteja alinhada com a missão institucional e com as demandas sociais. Nos relatórios também é encontrado o objetivo de prestar contas à sociedade, assegurando a transparência do processo avaliativo e a accountability da instituição. Nos seus relatórios não existe associação entre os objetivos da CPA com os da autoavaliação. Os objetivos desta são apresentados de forma direta, abrangente e estratégica, favorecendo a consolidação da autoavaliação como instrumento de diagnóstico, reflexão e melhoria institucional contínua.

Os relatórios da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresentam objetivos da autoavaliação institucional consistentes, nítidos e reiterados, com uma pequena nuance em 2016, quando há maior ênfase no uso estratégico dos resultados. É sinalizado que se busca,

com a autoavaliação institucional, produzir conhecimentos, identificar problemas e fragilidades, e analisar o sentido das atividades e finalidades da instituição, servindo como instrumento de autoconhecimento e avaliação crítica. A autoavaliação objetiva aumentar a consciência pedagógica e fortalecer a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, contribuindo para o desenvolvimento institucional contínuo. Particularmente, o relatório de 2016 destaca, de forma pragmática, a utilização dos resultados da autoavaliação institucional para subsidiar decisões estratégicas, sugerindo um olhar mais aplicado do processo avaliativo. A IES, por meio da CPA, foca em fortalecer as relações de cooperação entre diferentes atores institucionais e aproximar a instituição da comunidade, reforçando a responsabilidade social e o papel da universidade na sociedade. É por meio da autoavaliação institucional que a relevância das atividades e produtos da UFAC são avaliadas, garantindo alinhamento entre produção acadêmica e demandas sociais. Em seus relatórios também é possível verificar que o processo autoavaliativo visa prestar contas à sociedade, reforçando a transparência e legitimidade de sua condução e apropriação. Um ponto a destacar é que os objetivos permanecem praticamente inalterados em todos os relatórios, mostrando continuidade metodológica e institucional. De forma geral, verifica-se que a UFAC vê a autoavaliação como um instrumento abrangente, de caráter formativo, diagnóstico e estratégico, com foco tanto interno quanto na relação com a sociedade.

Por fim, os relatórios da única universidade estadual sinalizada entre as 10 apresenta consistentemente os objetivos da autoavaliação institucional, destacando consistência e alinhamento às políticas institucionais e continuidade metodológica. A autoavaliação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) é apresentada como instrumento formativo e estratégico, destinado a aperfeiçoar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, permitindo ajustes nas políticas e processos da instituição. Busca promover autoconhecimento institucional, identificando pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria, contribuindo para a reflexão contínua sobre o desempenho acadêmico e administrativo. Os resultados da autoavaliação servem para orientar decisões da gestão e realinhar políticas institucionais, estando articulados ao PDI da UEMA e às diretrizes do Sinaes, evidenciando seu caráter estratégico. O processo também visa socializar informações com a comunidade acadêmica e a sociedade, reforçando a prestação de contas e a legitimidade institucional. Os relatórios destacam a importância da participação da comunidade acadêmica e da sistematização de dados qualitativos e quantitativos, mostrando compromisso com uma

avaliação contínua, abrangente e participativa. Pode-se dizer que os objetivos da autoavaliação da UEMA permanecem coerentes ao longo do tempo, reforçando que nesta IES, a autoavaliação se constitui como um processo estruturado, contínuo e integrador, com foco tanto na melhoria interna quanto na responsabilidade social.

De forma geral, verificou-se que os relatórios de autoavaliação institucional (2013-2021) das universidades federais maiores e mais consolidadas (UFRJ, UFMG, UnB, UFBA) tendem a trazer análises críticas mais elaboradas, mas enfrentam dificuldade em usar os resultados de forma efetiva. As universidades mais novas ou periféricas (UFCA, UFAC, UFRA) mostram certa fragilidade na explicitação e demarcação objetiva e consistente da autoavaliação institucional. A UEMA, de forma particular, enfrenta ainda o desafio de adaptar-se ao Sinaes sem ter a mesma integração com o MEC, mas demonstra por meio dos seus relatórios que existem objetivos consistentes para a realização da autoavaliação institucional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos relatórios institucionais evidencia a coexistência de diferentes modelos de motivação, como i) normativa/regulatória, pela conformidade da autoavaliação como elemento obrigatório a ser produzida em decorrência das legislações vigentes; ii) pragmática/estratégica, nas quais a autoavaliação é mobilizada para subsidiar a gestão e o planejamento, ainda que sem clareza plena dos objetivos; iii) processual/inconstante, verificável quando a autoavaliação oscila entre avanços e retrocessos, dependendo mais da conjuntura local do que de uma política institucional consolidada; e uma motivação iv) participativa/pedagógica, que parte de objetivos da autoavaliação mais consolidados e explícitos e legitima o envolvimento efetivo de diferentes representações da comunidade acadêmica em sua realização, mesmo que haja fragilidades na sistematização dos resultados.

A observação dos relatórios mostra uma tensão evidente entre as possibilidades formativas da autoavaliação, voltadas para a melhoria da qualidade e a participação democrática e o atendimento das exigências regulatórias do Estado. Com a pesquisa foi possível verificar que algumas muitas universidades se limitam a uma motivação regulatória, ao focar mais no cumprimento das exigências previstas pelo Sinaes. Isso gera processos repetitivos, centrados em relatórios burocráticos, sem que os resultados dialoguem

efetivamente com o planejamento ou com a comunidade. Por outro lado, em universidades em que a motivação é mais estratégica, percebe-se maior esforço de vinculação da autoavaliação ao PDI e ao planejamento institucional. No entanto, a participação da comunidade nem sempre é priorizada, revelando que, mesmo nesses casos, há um descompasso entre o ideal participativo do Sinaes e a prática concreta da autoavaliação institucional.

Diante dos argumentos expostos percebe-se que a autoavaliação institucional nas universidades públicas brasileiras é atravessada por múltiplas motivações. Embora a legislação aponte para um horizonte emancipador e formativo, a prática revela que muitas vezes prevalece o atendimento à regulação. Outras universidades, contudo, utilizam o processo como instrumento de gestão ou como espaço de participação democrática. O desafio reside em superar a visão burocrática e fortalecer as dimensões pedagógicas, políticas e sociais da autoavaliação. Para tanto, é necessário investir em metodologias participativas, sistematização dos resultados e sua efetiva incorporação ao planejamento institucional. Assim, compreender as motivações reais da autoavaliação é essencial para avançar do cumprimento formal à construção de uma cultura avaliativa transformadora, capaz de afirmar a relevância social, científica e cultural das universidades públicas brasileiras.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e incentivo à pesquisa científica no Brasil, em especial pelo financiamento deste estudo, intitulado “Autoavaliação institucional do Sinaes (2013–2021): do uso dos resultados aos efeitos na gestão das IES)”, no âmbito da Chamada CNPq/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) n. 10/2023, Universal, processo n. 408972/2023-8.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). **Nota técnica n. 65/2014:** orientações para a autoavaliação institucional no âmbito do Sinaes. Brasília, DF: Inep, 2014.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior regulação e emancipação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1221>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. [S.l.]: Function, 2018. E-book Kindle. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (GEPAES). **Acervo e base de dados do Projeto Autoavaliação Institucional do Sinaes (2013-2021):** do uso dos resultados aos efeitos na gestão das IES. Brasília: UnB, 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES); DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (DAES). **Nota técnica**

**Inep/Daes/Conaes n.º 065.** Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: Daes/Inep; Conaes; 2014. Disponível em: <https://cpa.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/nota-tecnica-no-65-conaes-daes-inep.pdf>. Acesso em 14 de mai. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP); COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

(CONAES). **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação**. Brasília: MEC; Inep; Conaes, 2004. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/roteiro\\_de\\_auto\\_avaliacao\\_institucional\\_2004.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf). Acesso em 12 de mar. 2024.







CENTRO UNIVERSITÁRIO  
SANTO AGOSTINHO